



XXIX Congresso Brasileiro de Custos
16 a 18 de novembro de 2022
- João Pessoa / PB -



Análise dos custos de agência em instituições financeiras: um comparativo entre cooperativas de crédito e bancos

Gustavo Felipe de Souto (UFSC) - gfs_souto@hotmail.com

Luiza Santangelo Reis (UFSC) - luizasantangeloreis@gmail.com

Altair Borgert (UFSC) - altair@borgert.com.br

Resumo:

Esta pesquisa busca verificar se os custos de agências em instituições financeiras que são constituídas e atuam em formatos diferentes (bancos e cooperativas de crédito) possuem a mesma variação. A pesquisa é realizada por meio do levantamento de dados contábeis dos cinco maiores bancos do país em volume de ativos e de todas as cooperativas singulares do sistema cooperativista em que está inserida a maior cooperativa de crédito do Brasil em volume de ativos. Foram utilizados dados trimestrais das demonstrações contábeis que se referem ao período de 2015 a 2020. A verificação se dá a partir das variáveis de taxa de retorno dos ativos (TRA) e da relação entre as despesas discricionárias e as receitas com intermediação financeira (RDF). A análise de dados dividiu-se em duas etapas: na primeira foi realizada a análise de estatística descritiva das variáveis estudadas e submetendo-os ao teste de normalidade das médias de realização; na segunda foi realizada o teste T de Student para testar as hipóteses, e conseqüentemente, entender se as médias dos custos de agência são iguais para bancos e cooperativas de crédito. Os resultados rejeitaram a hipótese de que bancos e cooperativas de crédito possuem as mesmas variações nas variáveis testadas nas duas variáveis testadas.

Palavras-chave: Custos de agência. Cooperativas de crédito. Bancos.

Área temática: Abordagens contemporâneas de custos

Análise dos custos de agência em instituições financeiras: um comparativo entre cooperativas de crédito e bancos

RESUMO

Esta pesquisa busca verificar se os custos de agências em instituições financeiras que são constituídas e atuam em formatos diferentes (bancos e cooperativas de crédito) possuem a mesma variação. A pesquisa é realizada por meio do levantamento de dados contábeis dos cinco maiores bancos do país em volume de ativos e de todas as cooperativas singulares do sistema cooperativista em que está inserida a maior cooperativa de crédito do Brasil em volume de ativos. Foram utilizados dados trimestrais das demonstrações contábeis que se referem ao período de 2015 a 2020. A verificação se dá a partir das variáveis de taxa de retorno dos ativos (TRA) e da relação entre as despesas discricionárias e as receitas com intermediação financeira (RDF). A análise de dados dividiu-se em duas etapas: na primeira foi realizada a análise de estatística descritiva das variáveis estudadas e submetendo-os ao teste de normalidade das médias de realização; na segunda foi realizada o teste T de Student para testar as hipóteses, e conseqüentemente, entender se as médias dos custos de agência são iguais para bancos e cooperativas de crédito. Os resultados rejeitaram a hipótese de que bancos e cooperativas de crédito possuem as mesmas variações nas variáveis testadas nas duas variáveis testadas.

Palavras-chave: Custos de agência. Cooperativas de crédito. Bancos.

Área Temática: Abordagens contemporâneas.

1 INTRODUÇÃO

A composição do atual Sistema Financeiro Nacional (SFN) brasileiro pode ser compreendida a partir de um grupo de instituições financeiras que transferem recursos de agentes superavitários para deficitários. Para Vieira, Pereira e Pereira (2012), o SFN é uma das vigas mestras do desenvolvimento brasileiro. Contudo, para que o SFN tivesse a robustez da estrutura atual, observou-se algumas fragilidades nas suas primeiras décadas de estruturação.

A criação do SFN aconteceu no período colonial, contudo o grande avanço no SFN se deu com as reformas financeiras ocorridas durante a ditadura militar em 1964 e 1965, inspirado no modelo norte-americano, estabelecendo um sistema baseado em instituições especializadas (bancos comerciais, bancos de investimento, financeiras e o sistema financeiro de habitação). Na prática, o sistema financeiro oriundo pós-reformas adotadas foi bem menos segmentado do que a legislação indicava (CARNEIRO & MARCOLINO, 2010).

A lei nº 4.595/1964 introduziu a correção monetária, proporcionando ao sistema bancário maior capacidade de captação de recursos. Dessa forma, o governo permitiu que o Brasil tivesse um sistema financeiro segmentado e supervisionado pelo Banco Central, uma entidade federal que regulamenta e controla o setor bancário, executando também as políticas monetárias e cambiais do país, desde então, até a atualidade.

O cooperativismo de crédito tem como grande marco de normatização o início da vigência da resolução nº 3.106/2003 do Banco Central do Brasil (BACEN). Para Lima, Araújo e Amaral (2008), desde a publicação da referida resolução do BACEN, surgiram várias novas cooperativas de crédito devido a regulamentação da constituição de novas cooperativas. Além disso, algumas cooperativas de crédito aproveitaram as possibilidades implementadas para transformação das cooperativas existentes em livre admissão.

Nesse contexto, da mesma forma que algumas outras empresas do mercado, as instituições financeiras regulamentadas pelo SFN, também, têm seu crescimento potencializado pela separação entre acionistas e gestores e, por consequência, o desmembramento da propriedade. Para Silva, Oliveira, Melo e Luz (2018), essa segregação gera potenciais benefícios e custos da separação entre propriedade e gestão.

Fernandes (2014) afirma que essa segregação, mesmo que vantajosa para o nível de desenvolvimento das empresas, pode gerar conflitos que impactam no funcionamento das empresas. A autora ratifica que esses conflitos são chamados de problemas de agência e derivam de duas razões principais: a primeira aborda que os diferentes participantes têm objetivos e preferências diferentes; já, a segunda refere-se à assimetria informacional, no qual as informações podem ser incompletas sobre as ações, conhecimento e preferências dos demais participantes.

Os conflitos de agência tornaram-se importantes a partir da evolução dos mercados de capital (Lima et al., 2008). Para Segatto-Mendes (2001), a teoria da agência proporcionou uma análise das diferentes relações que ocorrem dentro de uma empresa, que normalmente envolve um agente principal (proprietário) que solicita a um agente (gestor) que atua por sua conta e defendendo seus interesses, sendo oferecido em troca dos serviços uma remuneração.

A teoria da agência, também conhecida como teoria do agente-principal, ou gestor e proprietário, foi desenvolvida por Jensen e Meckling (1976). A premissa básica da teoria da agência é a existência de um mercado regido por contratos firmados entre os agentes econômicos, podendo ser entre empresas, governo ou pessoas físicas. Portanto, toda a atividade econômica pode ser reduzida a contratos bilaterais firmados ou rompidos a qualquer momento por qualquer uma das partes (Lima et al., 2008).

A segregação entre gestor e proprietário, ou a falta de, é que se daria a origem dos problemas de governança, conforme Dallabrida e Becker (2003). Nesse contexto, o Banco Central do Brasil (2008) elaborou e organizou um material com olhares voltados as cooperativas de crédito intitulado “Diretrizes para boas práticas de Governança em Cooperativas de Crédito”, em que afirma ser função da governança corporativa assegurar que os gestores deixem de atender seus próprios interesses e atendam aos interesses dos proprietários ou dos sócios, em caso de cooperativas de crédito.

As instituições financeiras, cooperativas ou não, atuam da mesma forma que outras empresas e estão expostas aos mesmos problemas citados na teoria da agência. Essas instituições têm como principal diferença o fato de utilizarem os recursos de terceiros para executar suas funções básicas, ou seja, captando recursos e transformando-os em produtos e serviços. Por isso, a principal finalidade do setor bancário é a intermediação financeira, em que se caracteriza a captação de recursos financeiros de agentes superavitários e seu repasse para agentes deficitários, após a realização de análise detalhada do risco de crédito (MANTOVANI; SANTOS, 2015).

Neste sentido, a possibilidade de ocorrência de problemas de agência em instituições financeiras cooperativas ou não, e tendo em vista a carência de estudos voltados a esse segmento, no que tange a custos no segmento financeiro, tem-se o seguinte problema de pesquisa: como os custos de agência se comportam em cooperativas de crédito e em bancos?

Assim, o objetivo da realização desse estudo é verificar se os custos de agências em instituições que atuam no mesmo segmento, mas com formas de atuação e constituição distintas, possuem as mesmas variações. Goulart (2007) destaca que as instituições financeiras desenvolvem atividades, sobretudo relacionadas a intermediação financeira, de grande relevância para o desenvolvimento econômico do país.

Por fim, esta pesquisa justifica-se para entender se os custos de agências em organizações no mesmo nicho de mercado, no caso instituições financeiras, apresentam a variação quando verificado o retorno de ativo e a relação do faturamento com as chamadas despesas discricionárias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão de custos nas instituições financeiras

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) segue um padrão de retidão internacional através do conjunto de instituições financeiras que intermediam e possibilitam a transferência de recursos entre superavitários (poupadores) e deficitários (tomadores). Hillbrecht (1999) afirma que o correto funcionamento desse sistema ocorre principalmente por esse segmento ser um dos mais regulados no mundo.

Vieira et al. (2012) relembram que o primeiro movimento para criação do SFN aconteceu em 1808 com a chegada da família real portuguesa ao Brasil e, conseqüentemente, o advento da criação do primeiro banco do Brasil. Todavia, foi a partir de 1838 que se inicia um sistema bancário orientado ao fomento econômico, com a captação de recursos e a concessão de crédito.

Ao longo dos anos, vagarosamente, o SFN foi aprimorado, e, em 1905, se instituiu uma regulamentação legal do sistema bancário existente, iniciando assim a normatização e controle estatal do setor. Em 1920 ocorreu um novo avanço com a criação do primeiro órgão fiscalizador dos bancos existentes a Inspetoria Geral dos Bancos.

A regulação do SFN está em três motivações básicas: a) garantia de tempestividade das informações e sua divulgação aos investidores; b) garantia do seu funcionamento adequado; c) garantia do controle da oferta de moeda (Hillbrecht, 1999). Para Torre (2019), o sistema financeiro nacional desempenha um papel de extremo destaque no crescimento e desenvolvimento de um país, e é um importante componente na sociedade econômica moderna.

As instituições financeiras personificam as entidades mais presentes no cotidiano atual, em que podemos exemplificar as cooperativas de crédito, os bancos e as caixas econômicas. Silva, Lisboa, Ferreira, Versiani, Sousa e Cordeiro (2020) afirmam que as instituições financeiras são as entidades operadoras do SFN que tem a responsabilidade pela intermediação de recursos entre tomadores e poupadores.

Mendonça, Souza, Carvalho & Benedicto (2018) ressaltam que a intermediação financeira é a atividade produtiva das instituições financeiras, captando recursos e repassando-os através de operações de crédito. Ou seja, é a atividade fim de qualquer

instituição financeira, sendo a principal forma de obtenção de receitas em todos os tipos dessas instituições.

A receita de intermediação financeira indiretamente é impactada por todos os custos gerados em instituições financeiras, uma vez que quanto maior os custos, maior a receita necessária para gerar resultados positivos. A gestão dos custos pode contribuir para a sobrevivência ou para a permanência das organizações no mercado, dessa forma, compreender o comportamento dos custos em respostas às mudanças nos níveis de atividades de produção e vendas é claramente crítico para a administração de qualquer empresa (ATKINSON, BANKER, KAPLAN & YOUNG, 2000).

De acordo com Atkinson et. al. (2000), o comportamento dos custos é o foco dos tomadores de decisão em quase todos os setores, pois dá respostas às mudanças no volume de produção. Santos (2005) corrobora fazendo uma analogia com o corpo humano, afirmando que o coração está para a vida do corpo, assim como o controle do custo para a vida da empresa.

Para Horngren, Datar & Foster (2004), os gestores das organizações utilizam as informações de custos para escolher, comunicar e implementar estratégias. Utilizam-nas, também, para coordenar projetos do produto a produção e as decisões de comercialização. Quer dizer que a gestão de custos é uma parte relativamente importante para vida da empresa, de forma a transparecer informações úteis aos seus gestores para tomada de decisão.

Uma das maneiras que se pode incorporar a gestão dos custos nas organizações é através da teoria da agência, que explicita um problema que pode gerar custos adicionais, no caso, os custos de agência. A teoria da agência é a base teórica que investiga as relações entre os participantes de um sistema, em que a propriedade e o controle são delegados a pessoas distintas, podendo resultar em conflitos de interesse entre os indivíduos (ARRUDA et al., 2008).

Para Eisenhardt (1989), o desenvolvimento da teoria da agência se deu sobre duas linhas: a teoria positivista e a teoria do agente/principal. A teoria positivista é responsável por orientar mecanismos de governança que sejam resolutivos para os problemas de agência. Silva et al. (2018) afirmam que a teoria positivista busca identificar situações em que principal e o agente terão conflitos de objetivos e descrever mecanismos de governança que limitem o comportamento tendencioso do agente em agir para seu próprio benefício.

A teoria positivista ainda aborda duas premissas como mecanismos de governança. A primeira trata-se de contratos baseado em resultados, buscando combater o oportunismo do agente. Esses contratos conectam as preferências dos agentes com a do principal através de recompensas para ambos decorrentes das mesmas ações. Já a segunda trata-se de sistemas de informação que funcionam como ferramenta de controle (SILVA et. al., 2018).

Em relação a teoria do agente/principal, essa linha analisa a relação entre principal e agente, envolvendo especificações de pressupostos, que são seguidos através de provas matemáticas e deduções lógicas. Para Silva et. al. (2018), o foco da teoria está em determinar o contrato ótimo, comportamental versus resultados, entre principal e agente.

Segatto-Mendes e Rocha (2005) corroboram que a teoria da agência se apresenta como um arcabouço para análise entre participantes de um sistema de propriedade e controle destinado a pessoas diferentes. Por meio dessa configuração forma-se conflitos resultantes da existência entre os diferentes interesses dos indivíduos.

No cooperativismo de crédito, Cuevas e Fisher (2006) descrevem dois conflitos principais de agência: o conflito tomador de empréstimo x poupador e o conflito associado x gerência. Westley e Branch (2000) observam que existe uma tendência de os tomadores de empréstimo dominarem a direção das cooperativas de crédito e administrarem-nas de acordo com seus interesses. Esse fenômeno contribui para que pessoas com o intuito principal de tomar empréstimos mais baratos associem-se as cooperativas de crédito, criando condições que favorecem o aumento da inadimplência.

2.2 Custos de agência

A teoria da agência estuda os conflitos resultantes da dissolução da propriedade e o controle do capital. Deve-se destacar que o conflito entre principal e agente, é iminente e oneroso em qualquer circunstância, ou seja, manifestando-se ou não o conflito, existirão custos (SANTOS, KELM & ABREU, 2001). De acordo com Jensen e Meckling (1976), os custos de agência correspondem à soma das despesas de monitoramento, despesas com a concessão de garantias contratuais e os custos residuais.

O foco da teoria proposta por Jensen e Meckling (1976) está no relacionamento entre agente e principal, em que o agente dispõe de informações privilegiadas e suas ações podem afetar o bem-estar entre as partes, e dificilmente observáveis pelo principal. Esse tipo de relação coloca em cena o problema de assimetria de informações entre o agente e o principal (Jensen e Meckling, 1976; Eisenhardt, 1989), que beneficia o primeiro em detrimento do segundo.

Jensen e Meckling (1976) afirmam que é impossível manter a relação de agência a custo nulo. Silva et al. (2018) ratificam que os custos de agência surgem em qualquer relação que envolva esforços de duas ou mais pessoas, mesmo não havendo relação entre principal e agente. Ou seja, os custos de agência são decorrentes da contratação entre as partes.

Para Silva et al. (2018), os custos de monitoramento são as despesas incorridas pelo principal na implementação de mecanismos tendo como objetivo monitorar o comportamento do agente na organização. Como exemplo dos custos de monitoramento temos os sistemas de informações, as auditorias externa ou interna, o conselho fiscal, entre outros. Os custos de monitoramento visam aplicar incentivos para o agente buscando limitar suas atividades irregulares.

Os custos com a concessão de garantias contratuais visam assegurar que o agente não promoverá certas ações que prejudicariam o principal. Esses custos também servem para garantir que o principal será recompensado em caso de o agente promover essas ações “prejudiciais”. Dessa forma, na possibilidade de conflito, o agente terá interesse em demonstrar que sua ação não vem em detrimento dos resultados da organização, pois, do contrário, ele será punido financeiramente ou a organização poderá ter redução no seu valor de mercado diminuído (Silva et al., 2018).

Já, em relação aos custos residuais, Silva et al. (2018) os classificam como o custo referente às divergências nas decisões do agente e as decisões que maximizariam o bem-estar do principal. Equivale ao valor monetário da redução do bem-estar vivenciado pelo principal.

Na literatura sobre custos de agência, Godoy e Marcon (2008) contribuem com uma pesquisa verificando a existência de custos de agência decorrentes de conflitos familiares oriundos de promoção e/ou transferência dos gerentes do setor bancário. A pesquisa correlacionou a atuação dos gerentes em diversas cidades como forma de

representar a instituição, atuando assim como agentes dos proprietários/acionistas das instituições com os custos de agências.

A pesquisa de Sato (2007) analisou a teoria da agência relacionando a agência nacional de saúde suplementar e as operadoras de planos de assistência supletiva no Brasil. No segmento de assistência supletiva foi possível constatar que possui inúmeros atores, exercendo ao mesmo tempo papéis de agentes e principais, em que grande parte dos conflitos de interesses surge na tentativa de reduzir os custos de agência por meio de mecanismos de regulação.

O estudo de Bialoskorski Neto, Barroso e Resende (2012) analisou as fontes de ineficiência e os custos para explicar os problemas de gerenciamento e custos de transação de dois modos diferentes e complementares das organizações cooperativas. Os autores discutem, primeiramente, os principais aspectos da governança que geram conflitos de agência, em seguida analisam as características dos sistemas de gerenciamento que geram assimetria informativa e problemas de monitoração.

Já Marques, Guimarães e Peixoto (2015) investigaram na sua pesquisa a relação entre a estrutura de propriedade e controle e valor, desempenho e risco das empresas brasileiras não financeiras listadas na BM&FBovespa no período de 2004 e 2012. Os autores buscaram verificar empiricamente a eficácia de um mecanismo de governança corporativa para o desempenho e avaliar em que medida a estrutura de propriedade afeta o risco e o valor das empresas.

Oliveira, Lucena, Pereira e Camara (2016) verificaram a assimetria informacional dos gestores das empresas. Os autores analisaram em específico as características do conselho de administração (CA) de um grupo de empresas listadas na BM&FBovespa, analisando tamanho, independência e dualidade de cargos do CA. Os resultados demonstraram que as características supracitadas possuem relações significativamente negativas com os custos de agência, ou seja, quanto maiores as características do CA menores serão os custos de agência.

Dessa forma, frente aos estudos abordados, esta pesquisa busca contribuições na temática dos custos de agência, em especial nas instituições financeiras. Além disso, a literatura fornece poucos indícios do comportamento de custos em instituições financeiras como um todo. Entretanto, identificar a magnitude do impacto que os custos de agência têm nas receitas de intermediação financeira tanto em bancos comerciais, como no cooperativismo de crédito, pode contribuir para o avanço do conhecimento nessa área. Na sequência, os passos da formatação são especificados e detalhados.

3 METODOLOGIA

O objetivo da pesquisa busca verificar a variação dos custos de agência, entre 2015 e 2020, em duas modalidades de instituições financeiras: os bancos comerciais e as cooperativas de crédito. Para isso realizou-se uma pesquisa descritiva, bibliográfica e documental, utilizando as demonstrações financeiras das instituições financeiras pesquisadas.

Metodologicamente, em relação aos objetivos, o enquadramento desta pesquisa de acordo com Gil (1999) é descritiva. O autor classifica dessa forma pois a pesquisa tem como principal objetivo relatar quais as características específicas e descrever as relações entre variáveis de uma amostra. A pesquisa evidenciará e relatará as relações entre os custos de agência e as receitas de intermediação financeira nas instituições financeiras pesquisadas.

Quanto aos procedimentos, essa pesquisa fará um levantamento de dados documentais. Gray (2012) contribui que esse tipo de pesquisa, avalia num espaço temporal, as características de uma população amostral. Portanto, essa pesquisa utilizará o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício dessa população amostral pesquisada.

Já, em relação ao problema, trata-se ao mesmo tempo de uma pesquisa quantitativa e qualitativa. Para Silva (2006) as pesquisas quantitativas utilizam de conhecimentos prévios dos autores para formular hipóteses acerca de fenômenos e/ou situações que serão investigadas através de métodos estatísticos ou outras técnicas matemáticas. Silva (2006) contribui que as pesquisas qualitativas “preocupam-se com os significados dos fenômenos, levando em consideração as motivações, crenças, valores, representações sociais e econômicas que permeiam a rede de relações sociais”.

Ressalta-se que o universo dessa pesquisa é composto por instituições financeiras que pertencem ao SFN e foram selecionadas tendo em vista a representação dos seus resultados no SFN. Dessa forma, os bancos utilizados na amostra são os cinco bancos comerciais que representam os maiores volumes de ativos no último período da análise.

A escolha das cooperativas de crédito deu-se da mesma forma que a seleção dos bancos utilizados na amostra: através do volume de ativos. Entretanto, optou-se por selecionar a cooperativa de crédito que apresentou o maior volume de ativos no período final e todas as outras cooperativas de crédito pertencentes a mesma central em que ela está inserida. Dessa forma, foram selecionadas as treze cooperativas da central Ailos.

A coleta dos dados levantados se deu através da divulgação realizada no portal eletrônico do Banco Central do Brasil. Dessa forma, a amostra foi composta por dezoito instituições financeiras, sendo treze cooperativas de crédito e cinco bancos comerciais, conforme quadro 1. O período analisado teve recorrência trimestral entre os períodos de 2015 e 2020, levantando-se ao todo 24 observações para cada instituição financeira pesquisada.

Bancos	Cooperativas de Crédito
Itaú	Viacredi
Banco do Brasil	Viacredi Alto Vale
Caixa Econômica Federal	Transpocred
Bradesco	Credcrea
Santander	Credifoz
	Acredicoop
	Civia
	Evolua
	Únilos
	Acentra
	Credicomín
	Crevisc
	Credelesc

Quadro 1. Nome fantasia de instituições financeiras pesquisadas

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

As variáveis utilizadas como medidas de custos de agência foram a taxa de retorno dos ativos e o índice de eficiência das despesas controladas pelos gestores. A utilização dessas medidas esteve em consonância com as pesquisas de Ang, Cole & Lin (2000); Singh & Davidson (2003); Gotaç, Montezano & Lameira (2015); Oliveira

et al. (2016) que, também, as utilizaram nos mesmos moldes. O quadro abaixo descreve a composição das variáveis pesquisadas:

Variável	Memória de Cálculo	Descrição
TRA (taxa de retorno dos ativos)	Receita da intermediação financeira / Ativo total	O giro dos ativos significa a eficiência dos gestores na aplicação de recursos. Quanto maior o giro dos ativos maior eficiência dos gestores na destinação dos recursos, assim, os custos de agência serão menores quando o ativo for eficiente.
RDF (relação de despesa com faturamento)	Despesas operacionais / Receita da intermediação financeira	Trata das despesas discricionárias, ou seja, despesas que o gestor tem flexibilidade para administrá-las. Quanto maior forem as despesas, maiores serão os custos para combatê-las.

Quadro 2. Composição das variáveis do custo de agência

Fonte: Adaptado de Silva et al. (2018)

A análise de dados dividiu-se em duas etapas: a primeira realizou-se a análise de estatística descritiva das variáveis estudadas, sendo que em seguida os dados foram submetidos ao teste de normalidade das médias de realização das variáveis, a fim de verificar se há diferença entre os dois tipos de instituições. O teste usado na verificação da normalidade dos dados foi o Teste F de ANOVA, que segundo Chicareli, Oliveira, Polizel e Nepomuceno (2009), esse teste tem a finalidade de comparar estimativas de variâncias testando hipóteses para populações que possuem ou não variâncias iguais.

Na segunda etapa da análise de dados, foi realizada o teste adequado para o tipo de distribuição dos dados, já que o Teste F identificou que os dados têm distribuição distintas, aplicando-se, portanto, o teste T de Student. Para Almeida, Elian e Nobre (2008) o teste t-Student é “usual para igualdade de médias para amostras independentes, sob suposição de normalidade, com variâncias desconhecidas e desiguais”. Em cada uma das variáveis foram testadas hipóteses nulas para entender se as médias dos custos de agência são iguais para bancos e cooperativas de crédito.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa seção serão apresentados as análises e discussões da pesquisa realizada sobre a variação dos custos de agência nas instituições financeiras pesquisadas. Objetivando explicar a variação dos custos de agência em tipos de instituições financeiras diferentes, foram tratados como variáveis a taxa de retorno de ativos e a relação de despesas com faturamento. No quadro abaixo apresenta-se alguns dados da amostra estudada:

Instituição Financeira	Total de Ativos Período Inicial	Total de Ativos Período Final	Somatório Receitas de Intermediação Financeira (2015-2020)	Somatório Despesas Operacionais (2015-2020)
Bancos				
Itaú	1.206.461.770.000	1.941.932.265.000	1.264.804.115.000	-735.828.071.000
Banco do Brasil	1.365.384.594.000	1.713.346.806.000	1.308.799.257.000	-508.063.231.000
CEF	1.078.421.169.000	1.448.929.819.000	1.104.971.449.000	-496.649.154.000
Bradesco	880.778.819.000	1.370.980.093.000	1.055.408.503.000	-542.232.075.000
Santander	620.001.841.000	1.003.993.899.000	714.126.368.000	-443.812.668.000
Cooperativas de Crédito				
Viacredi	2.573.539.873	7.942.320.873	1.536.757.116	-626.813.648
Viacredi Alto Vale	197.972.529	774.152.676	136.465.914	-72.026.539
Transpocred	104.157.722	585.338.223	76.960.219	-49.836.638
Credcrea	157.833.526	414.473.959	86.708.249	-47.456.091
Credifoz	78.812.101	380.183.718	73.802.014	-48.193.413
Acredicoop	71.831.369	348.439.691	58.295.999	-41.310.458
Civia	84.274.294	314.857.939	60.867.036	-38.695.237
Evolua	47.373.385	281.778.955	40.976.216	-22.979.027
Únilos	51.488.673	181.934.494	30.282.226	-18.329.328
Acentra	29.491.404	137.514.057	25.139.755	-17.705.500
Credicomín	21.160.766	126.172.834	18.707.896	-12.938.665
Crevisc	34.427.786	117.725.280	24.004.183	-12.874.532
Credelesc	15.374.672	40.957.229	9.161.852	-5.689.995

Quadro 3. Dados das instituições financeiras pesquisadas

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Observa-se que na amostra a diferença entre os valores dos bancos e das cooperativas de crédito é considerável. Todavia, cabe ressaltar que esse grupo de cooperativas foi escolhido visto ter a participação da maior cooperativa de crédito em volume de ativos do Brasil. Entretanto, mesmo a maior cooperativa de crédito tem valores consideravelmente menores que os bancos.

4.1 Análise da estatística descritiva

Na sequência é apresentada as variáveis da taxa de retorno do ativo (TRA) e a relação das despesas com faturamento (RDF), no período de 2015 a 2020, com dados trimestrais, das instituições financeiras cooperativas de crédito e bancos pesquisadas. Abaixo no quadro 4 são apresentados os custos de agência através da variável TRA nas 24 observações analisadas:

Variável TRA	Bancos	Cooperativas de Crédito
Média	0,038464	0,015953
Mediana	0,033935	0,015968
Desvio Padrão	0,002527	0,000408

Quadro 4. Estatística descritiva da variável de custo de agência - TRA

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

No quadro 4 observa-se que a variável do custo de agência TRA apresentou a média de 0,038464; mediana de 0,033935; e desvio padrão de 0,002527, para bancos. Já as cooperativas de crédito apresentaram a média de 0,015953; mediana de 0,015968; e desvio padrão de 0,000408. Verifica-se que os custos de agência são diferentes, tendo os bancos maior média de giro dos ativos, ou seja, os bancos tendem

a utilizar seus recursos com mais eficácia, logo, seguem uma tendência de possuir menos custos de agência. Todavia, somente poderá inferir com maior robustez quando realizado o teste de médias.

No que se refere a variável de eficiência relacionada as despesas operacionais (RDF), verifica-se no quadro abaixo os resultados:

Variável RDF	Bancos	Cooperativas de Crédito
Média	-0,523365	-0,582508
Mediana	-0,517924	-0,585173
Desvio Padrão	0,067767	0,018933

Quadro 5. Estatística descritiva da variável de custo de agência - RDF

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Já, em relação a variável RDF, o quadro 5 demonstra que os bancos possuem média de -0,523365; mediana de -0,517924; e desvio padrão de 0,067767. Nas cooperativas de crédito a média observada foi de -0,582508; mediana de -0,585173; e desvio padrão de 0,018933. Esses resultados demonstram que as cooperativas de crédito possuem maior custo de agência, diferentemente da variável TRA, em que os bancos apresentaram maior custo de agência. Essa observação reflete que as cooperativas de crédito tendem a ter uma menor eficiência, visto terem maiores despesas discricionárias da gestão.

A variável RDF se refere as despesas discricionárias, ou seja, aquelas que permitem maior flexibilidade na administração das despesas por parte dos gestores e podem refletir custos maiores à medida que despesas aumentarem.

4.2 Teste de normalidade e teste de média

A segunda etapa da pesquisa foi realizada o teste F para normalidade em que foi comparada as médias entre os dois tipos de instituições financeiras e posteriormente do teste T de Student para testar se as variáveis apresentam características iguais. No teste, a hipótese nula é de que as médias dos custos de agência TRA são iguais para bancos e cooperativas de crédito, a fim de verificar se instituições financeiras com características distintas se comportam da mesma forma. Abaixo o teste T de Student para a variável TRA:

Hipótese Nula (H0)	Significância	Decisão
As médias do custo de agência TRA são iguais para bancos e cooperativas de crédito	0,00000008780	Rejeita H0

Quadro 6. Teste T de Student - TRA

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

O resultado do teste de média apresenta que os bancos e as cooperativas de crédito possuem médias diferentes para os custos de agência ligados a variável TRA, tendo em vista a baixa significância observada. Isso quer dizer que o teste T demonstrou que os custos de agência baseados no giro do ativo são diferentes nos dois tipos de instituição financeira pesquisada. Dessa forma, não é possível inferir que os bancos possuem custos de agência maior que as cooperativas de crédito quando analisado a variável TRA.

A segunda variável testada no teste T de Student foi a variável RDF, que aborda as despesas discricionárias, que são aquelas que possuem maior flexibilidade dos

gestores na sua realização. Foi testada a hipótese nula de que as médias dos custos de agência RDF são iguais para bancos e cooperativas de crédito, de forma a verificar se instituições financeiras com características distintas se comportam da mesma maneira. Abaixo a análise realizada:

Hipótese Nula (H0)	Significância	Decisão
As médias do custo de agência RDF são iguais para bancos e cooperativas de crédito	0,02516323980	Rejeita H0

Quadro 7. Teste T de Student - RDF

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

A análise da variável RDF, da mesma forma que a variável TRA, também apresentou que os bancos e as cooperativas de crédito possuem médias diferentes para essa variável dos custos de agência, visto a baixa significância apresentada na hipótese testada. Isso quer dizer que o teste T demonstrou que os custos de agência baseados na relação de despesas operacionais e receitas com intermediação financeira são diferentes nos dois tipos de instituição financeira pesquisada. Com isso, não é possível inferir que as cooperativas de crédito possuem custos de agência maior que os bancos quando analisado a variável RDF.

A variável RDF está diretamente relacionada as despesas discricionárias, como por exemplo, despesas administrativas, despesas de pessoal e outras despesas da operação do negócio. É nessa variável que a gestão propriamente dita pode refletir uma melhora ou piora do indicador, tendo em vista que está nas mãos do gestor qual o volume dessas despesas para a organização.

5 CONCLUSÕES

As empresas têm cada vez mais buscado na atualidade ter a gestão de custos como um diferencial competitivo, tendo em vista que ter um pouco ou inexistente gerenciamento de custos e/ou controle torna o atingimento de bons resultados mais dificultoso. Uma avaliação de custos realizado de forma correta possibilita um aumento de eficiência nas organizações, corroborando com a pesquisa de Marostica, Borgert, Souza e Petri (2015) que afirma que as observações do comportamento dos custos podem trazer inúmeras vantagens, entre elas econômicas e financeiras.

Nessa pesquisa que teve como objetivo identificar e analisar se os custos de agências em instituições que atuam no mesmo segmento, com formas de atuação e constituição distintas, se comportaram da mesma maneira entre os anos de 2015 e 2020. Para isso utilizou-se como amostra os cinco maiores bancos do Brasil em relação ao total de ativos, e as treze cooperativas de crédito pertencentes a central cooperativa em que pertence a cooperativa de crédito com maior volume de ativos do país.

Em resposta ao objetivo proposto, foi possível observar através do teste T de Student que bancos e cooperativas de crédito possuem diferenças significativas entre as médias de custos de agência propostas pelo giro de ativos e a relação de despesas operacionais com as receitas de intermediação financeira. Contudo, apesar de apresentar padrões iguais quanto as médias de custos de agência, os dois tipos de instituições financeiras comportam-se de forma diferente.

Quando analisada a variável da taxa de retorno de ativos (TRA), bancos e cooperativas de crédito possuem diferenças significativas de acordo com o teste T. Todavia, os bancos apresentam maiores valores de média, o que significa dizer que

as cooperativas de crédito possuem maior eficiência na implementação dos seus ativos. Já, em relação a análise realizada sobre a relação entre despesas operacionais e a receita de intermediação financeira, manteve-se as diferenças significativas de acordo com o teste T. Contudo, os bancos apresentaram menores valores de média, possibilitando dizer que as cooperativas de crédito possuem menor eficiência nos custos discricionários, ou seja, menor eficiência para controlar as despesas operacionais.

Nesse contexto, observa-se que mesmo havendo baixa significância, ou seja, não apresentando diferenças significativas conforme o método estatístico, bancos e cooperativas de crédito apresentam diferenças em qual custo de agência são mais eficazes. Enquanto os bancos são mais eficientes com despesas operacionais, ou com o controle delas, as cooperativas de crédito são mais eficientes nas formas de implantar seus ativos.

Essa observação faz acender um alerta para os tipos de gestores que atuam em cada tipo de instituição, bem como, possibilita a investigação de saber qual o motivo que os gestores de bancos são melhores que os de cooperativas de crédito quando analisado despesas operacionais. A recíproca é verdadeira e, da mesma forma, possibilita investigar o motivo que os gestores de cooperativas de crédito são mais eficientes que os gestores de bancos na implantação de seus ativos.

Ao relacionar os resultados dessa pesquisa com os resultados apresentados na pesquisa de Silva et al. (2018), não se pode perceber semelhanças entre os resultados apresentados. Os autores identificaram diferenças em resultados de RDF quando comparados bancos com participação estatal e bancos que não tem participação do Estado.

Oliveira et al. (2016) demonstram em sua pesquisa, que comparou entidades com e sem influências governamental, que as entidades sem influência de governo tendem a ter maiores custos de agência. Essa observação não se aplicou quando comparada a instituições financeiras de tipos diferentes (bancos e cooperativas de crédito), mesmo alguns bancos possuírem influência governamental.

Sato (2007) concluiu que o custo de agência possui um custo de oportunidade em função da dualidade de papéis exercidos por inúmeros atores, exercendo ao mesmo tempo papéis do agente e do principal. Essa convergência de funções também pode ser percebida no cooperativismo de crédito, uma vez que os gestores também são “donos” de uma parte da cooperativa, através da integralização de capital realizada para abertura da conta.

Na pesquisa de Marques et al. (2015), os autores verificaram a eficácia de mecanismos de governança corporativa no desempenho de organizações e qual o impacto no valor delas. Para essa medição de impacto, uma das formas utilizadas pelos autores foi o retorno do ativo, que não apresentou variação, corroborando com os resultados observados nessa pesquisa.

Ressalta-se que esta pesquisa atendeu ao objetivo proposto através de uma metodologia baseada no modelo de teste de normalidade e teste de média para descrever os padrões das variações dos custos de agência nos bancos e em cooperativas de crédito. Para isso, utilizou-se o teste T para buscar responder aos questionamentos propostos na metodologia de pesquisa, observando que dentre as variáveis analisados não houve convergência na variação.

Por fim, cabe ressaltar ainda que este estudo contempla um setor específico, e com pouca literatura acerca do comportamento de custos de uma forma geral, e principalmente em custos de agência. É possível também verificar se a variação observada nessa pesquisa se mantém em outras amostras de instituições financeiras.

Além disso, dada a pluralidade do setor de instituições financeiras sugere-se também a aplicação dessa metodologia noutras instituições pertencentes no SFN.

REFERÊNCIAS

- Almeida, A., Elian, S. & Nobre, J. (2008) Modificações e alternativas aos testes de Levene e de Brown e forsy the para igualdade de variâncias e médias. *Revista Colombiana de Estadística*, 31(2), 241-260.
- Ang, J. S., Cole, R.A. & Lin, J.W. (2000) Agency costs and ownership structure. *The Journal of Finance*, 55(1), 81-106.
- Atkinson, A. A., Banker, R. D., Kaplan, R. S. & Young, S. M. (2000). *Contabilidade gerencial*. São Paulo, Atlas.
- Arruda, G. S., Madruga, S. R. & Freitas Junior, N. I. (2008) A governança corporativa e a teoria da agência em consonância com a controladoria. *Revista de Admistração da UFSM*, 1(1), 71-84.
- Banco Central do Brasil (2008). *Governança cooperativa: diretrizes para boas práticas de governança em cooperativas de crédito*.
- Banco Central do Brasil (2003). *Resolução 3.106: dispõe sobre os requisitos e procedimentos para a constituição, a autorização para funcionamento e alterações estatutárias, bem como para o cancelamento da autorização para funcionamento de cooperativas de crédito. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2003/pdf/res_3106_v1_O.pdf*
- Bialoskorski Neto, S., Barroso, M. F. G. & Rezende, A. J. (2012) Governança corporativa e sistemas de controle gerencial: uma abordagem teórica de custos de agência. *BBR – Brazilian Business Review*, 9(2), 72-92.
- Brasil. *Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm, Acesso em: 22/08/2022.
- Carneiro, R. & Marcolino, L. C. (2010) Sistema financeiro e desenvolvimento no Brasil: do plano real a crise financeira. *Publisher Brasil e Editora Gráfica Atitude*.
- Chicareli, L.S., Oliveira, M.C.N., Polizel, A. & Nepomuceno, A.L. (2009). A presença de outliers interfere no teste F e no teste de comparações múltiplas de médias. *Anais da IV Jornada Acadêmica da Embrapa Soja, Brasil*.
- Cuevas, C. E. & Fischer, K. (2006) Cooperative financial institutions: issues in governance, regulation, and supervision. *Washington: The World Bank*.
- Dallabrida, V. R. & Becker, D, F. (2003) Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. *Desenvolvimento em questão*, 1(2), 73-97.
- Eisenhardt, K. M. (1989) Agency theory: an assessment and review. *Academy of Management Review*, 14(1), 57-74.

- Fernandes, C. A. A. (2014) Governo da sociedade, custos de agência e crise financeira: que relação? *Navus – Revista de Gestão e Tecnologia*, 4(1), 11-33.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo, Atlas.
- Godoy, P. & Marcon, R. (2008) Teoria da agência e os conflitos organizacionais: a influência das transferências e das promoções nos custos de agência em uma instituição bancária. *Revista de Administração Mackenzie*, 7(4), 168-210.
- Goulart, A. M. C. (2007). *Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil*. São Paulo, SP. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo - USP, 219 p.
- Gotaç, D.F., Montezano, R. M. S. & Lameira, V.J. (2015) Governança corporativa e custos de agências nas empresas com influência governamental. *Sistema & Gestão*, 10(3), 408-425.
- Gray, D. E. (2012). *Pesquisa no mundo real*. Porto Alegre, Penso.
- Hillbrecht, R. (1999). *Economia monetária*. Altas.
- Horngrén, C. T., Datar, S. M. & Foster, G. (2004) Fundamentos de Contabilidade de custos. *Prentice Hall*, 1(11), 1-24.
- Jensen, M. C. & Meckling, W. H. (1976) Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360.
- Lima, R.E., Araújo, M. B. V. & Amaral, H.F. (2008) Conflitos de agência: um estudo comparativo dos aspectos inerentes a empresas tradicionais e cooperativas de crédito. *RCO – Revista de Contabilidade e Organizações FEARP USP*, 2(4), 148-157.
- Mantovani, M. H. C. & Santos, J. O. (2010) Análise da relação entre alavancagem e rentabilidade dos bancos brasileiros listados na bolsa de valores de São Paulo no período de 2001 a 2010. *Rege Revista de Gestão*, 22(4), 509-524.
- Marostica, J., Borgert, A., Souza, F. R. & Petri, S. M. (2015). Comportamento dos custos e indicadores de endividamento e liquidez em empresas do setor de consumo listadas na BM&F Bovespa. *Anais do Congresso Internacional de Custos*, Medellin, Colombia.
- Marques, T. A., Guimarães, T.M. & Peixoto, F.M. (2015) A concentração acionária no Brasil: análise dos impactos no desempenho, valor, risco das empresas. *Revista de Administração Mackenzie*, 16(4), 100-133.
- Mendonça, D. J., Souza, J. A., Carvalho, F. M. & Benedicto, G. C. (2018) Relação entre a eficiência na gestão de custos mensurada pelo método de análise de fronteira estocástica (SFA) e a rentabilidade das instituições financeiras no Brasil. *Revista Capital Científico*, 16(3).

- Oliveira, A. T. A., Lucena, W.G.L., Pereira, M. L. & Câmara, R. P. B. (2016). Governança corporativa: um estudo da relação entre custo de agência e conselho de administração nas empresas listadas no ibrx-100. *Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Custos - CBC*, Porto de Galinhas, Brasil.
- Santos, J. J. (2005). *Análise de custos: sistema de custeio marginal, relatórios e estudos de casos*. Atlas.
- Santos, J. L., Kelm, M. L. & Abreu, A. F. (2001) Um modelo de gestão por resultados segundo a teoria da agência – um estudo de caso: Banco do Estado de Santa Catarina SA. *Revista de Administração da USP-RAUSP*, 36(3), 59-69.
- Sato, F. R. L. (2007) A teoria da agência no setor da saúde: o caso do relacionamento da agência nacional de saúde suplementar com as operadoras de planos de saúde suplementar com as operadoras de planos de assistência supletiva no Brasil. *RAP*, 49-62.
- Segatto-Mendes, A. P. (2001). *Teoria de agência aplicada à análise de relações entre os participantes dos processos de cooperação tecnológica universidade-empresa*. São Paulo, SP. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo - USP, 260 p.
- Segatto-Mendes, A. & Rocha, K. C. (2005) Contribuições da teoria de agência ao estudo dos processos de cooperação tecnológica universidade-empresa. *Revista de Administração*, 40(2), 172-183.
- Silva, A. C. R. (2006). *Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses*. São Paulo, Atlas.
- Silva, L. L., Lisboa, E. F., Ferreira, L. B., Versiani, A. F.; Sousa, P. R. & Cordeiro, M. L. (2020) As instituições financeiras e sua relação com as fintechs no Brasil. *E&G Economia e gestão*. Belo Horizonte, 20(55).
- Silva, H. H. A., Oliveira, A. T. A., Melo, L. S. A. & Luz, J. R. M. (2018) Análise comportamental dos custos de agência em instituições financeiras brasileiras. *REUNIR – Revista de administração, ciências contábeis e sustentabilidade*, 8(3), 22-30.
- Singh, M. & Davidson, W.N. (2003) Agency costs, ownership structure and corporate governance mechanisms. *Journal of Banking & Finance*, 27, 793-816.
- Torre, J. A. P. G. (2019). *Mercado de capitais*. Uniasselvi.
- Vieira, J. A. G., Pereira, H. S. F. & Pereira, W. N. A. (2012) Histórico do sistema financeiro nacional. *E-locução Revista Científica da FAEX*, 2(1), 146-162.
- Westley, G. D. & Branch, B. (2000) Safe money: building effective credit unions in Latin America. *Washington: Inter-American Development Bank and World Council of Credit Unions*.